

Informe Legislativo Estadual

MATÉRIAS SELECIONADAS DOS DIÁRIOS OFICIAIS DOS PODERES
EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

⇒ PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:

Defesa do Consumidor

APROVADO na **Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais** o parecer do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 1166/2015**, de autoria do deputado Jorge Felipe Neto, que "Dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para o cidadão do estado do rio de janeiro que exija seus documentos fiscais, nos termos que especifica", **pela prejudicabilidade** – já existe Lei que disciplina a matéria – Lei nº 7.455 de 28/10/2016, com voto favorável do deputado Edson Albertassi.

Economia Solidária

APROVADO na **Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais** o parecer do relator, deputado Waldeck Carneiro, ao **Projeto de Lei nº 2275/2016**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Dispõe sobre o programa de incentivo ao cultivo e à comercialização de Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS) e dá outras providências", **pela baixa em diligência** – encaminha o PL à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento para manifestação.

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o parecer do relator, deputado André Lazzaroni, ao **Projeto de Lei nº 3.773/2018**, de autoria dos deputados Waldeck Carneiro e Zaqueu Teixeira, que "Autoriza o Poder Executivo a criar o circuito fluminense de economia solidária e dá outras providências", **pela constitucionalidade**.

Trabalhista:

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o parecer do relator, deputado Carlos Minc, a **emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 1.413/2016**, que "Dispõe sobre a reserva de vagas para o primeiro emprego nas empresas prestadoras de serviços ao estado do Rio de Janeiro, assim como nas concessionárias e permissionárias de serviços públicos estaduais e dá outras providências", **favorável à emenda**.

Saúde:

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o parecer do relator, deputado Chiquinho da Mangueira, ao **Projeto de Lei nº 3211/2017**, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Dispõe sobre a afixação de placas informativas sobre a adoção de nascituro nas unidades de saúde pública e privada", **pela constitucionalidade, com emendas**.

Ciência e Tecnologia:

APROVADO na **Comissão de Ciência e Tecnologia** o **parecer favorável** do relator, deputado Rosenverg Reis, ao **Projeto de Lei nº 2022/2016**, de autoria do deputado Chiquinho da Mangueira, que "Dispõe sobre a política estadual de estímulo, incentivo e promoção ao desenvolvimento de startups, no âmbito do estado do Rio de Janeiro".

Interesse Geral:

APROVADO na **Comissão de Constituição e Justiça** o **parecer** do relator, deputado Gustavo Tutuca, ao **Projeto de Lei nº 2.283/2016**, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que "Obriga os estabelecimentos públicos e privados do estado do Rio de Janeiro a inserir nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências", **pela constitucionalidade, com emendas**.

*Projetos de Lei incluso na pauta da Ordem do dia de 14/06/18 da
Comissão de Constituição e Justiça*

Relator: Deputado André Lazaroni

- **PL 2045/16** - institui o comitê estadual para a prevenção, fiscalização e controle da Baía de Guanabara e entorno e o mecanismo permanente de prevenção, fiscalização e controle da Baía de Guanabara e entorno, e dá outras providências.
- **PL 2046/16** - autoriza o poder executivo a criar o fundo especial da Baía da Guanabara e dá outras providências.
- **PL 2048/16** - altera a lei nº 3467, de 14 de setembro de 2000, que dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

Relator: Deputado Chiquinho da Mangueira

- **PL 3422/17** - dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de sessão de cinema adaptada a crianças e adolescentes Com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias, no âmbito do estado do Rio de Janeiro.

Relator: Deputado Rafael Picciani

- **PL 1269/15** - dispõe sobre a exibição de esclarecimentos, em forma de campanha publicitária, sobre os malefícios do uso de drogas ilícitas e prejuízos relativos ao abuso drogas lícitas, nas salas de cinema e similares em todo o estado Rio de Janeiro e dá outras providências.
- **Emenda de plenário ao PL 2313/2016** - fica autorizado o poder executivo a celebrar convênios com os centros especializados de atendimento e tratamento oncológico da rede privada no estado do rio de janeiro.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:**Publicações:**

- **Redação final do PL 3804-A/2018**, de autoria da deputada Martha Rocha, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam telefonia móvel (telefones celulares), bem como outros aparelhos eletrônicos que possuam IMEI (identificação internacional de equipamento móvel) estabelecidos no estado do Rio de Janeiro, a registrar o crime de roubo ou furto, imediatamente, na delegacia de polícia. Aguarda-se a aprovação do Plenário para segue a autógrafo do governador.
- **Redação final do PL 4068/2018**, de autoria da deputada Cidinha Campos, que "Obriga os estabelecimentos comerciais localizados no estado do rio de janeiro a divulgar o disposto no caput do artigo 3º e nos incisos i e ii da lei estadual nº 5.502 de 15 de julho de 2009". Aguarda-se a aprovação do Plenário para segue a autógrafo do governador.
- **Redação do Vencido do PL 2315-A/2016**, de autoria do Deputado Carlos Minc, que "proíbe a produção, fabricação, distribuição, comercialização, importação, venda, divulgação, uso e descarte nos rios, córregos e no mar, de qualquer produto cosmético, de higiene pessoal e de limpeza que contenham microesferas de plástico, sejam elas ocas ou maciças, provenientes de polímeros de polietileno, polipropileno (PP), poliacetal (delrin ou pom), tereflato, polimetilmetacrilato, náilon (poliamida ou PA), ou similares, no estado do Rio de Janeiro".
Retorna em 2ª discussão.

**Sessão Plenária do
Dia: 29/05/2018**

**DISCUSSÃO ÚNICA
Regime de Urgência**

Projeto de Lei nº 4142/2018, de autoria do Poder Executivo, que "Dá nova redação à alínea "A" do Inciso XIII do art. 14 da Lei 2.657/1996" (redução de ICMS sobre o diesel). As Comissões de: Justiça; Transportes; Minas e Energia; Tributação e de Orçamento se posicionaram favoravelmente ao PL. Na ocasião foram apresentadas 66 emendas. O PL retornou à pauta em 30/05/18 para análise das emendas: favorável com subemendas as emendas 01, 18, 21 e 37; favorável com subemenda aglutinativa as emendas 22 e 54 e contrário às demais emendas, **concluído por substitutivo sob forma final de redação. O substitutivo aprovado foi encaminhado a autógrafo em 04/06/18. Prazo final para manifestação do governador 26/06/18.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/a08cad23adcdb76b8325829d0074c01e?OpenDocument>

Sessão Plenária do
Dia: 30/05/2018

APROVADA a redação final do Projeto de Lei nº 316-A/2015, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Modifica a lei nº 5.502, de 15 de julho de 2009, que dispõe sobre a substituição e recolhimento de sacolas plásticas em estabelecimentos comerciais localizados no estado do rio de janeiro como forma de colocá-las à disposição do ciclo de reciclagem e proteção ao meio ambiente fluminense". Vai a autógrafo. → **Prazo até 26/06/2018 para manifestação do governador.**

Link para acessar o texto encaminhado a autógrafo

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1519.nsf/e00a7c3c8652b69a83256cca00646ee5/a9f07a48c203a6738325829d0076d95d?OpenDocument>

DISCUSSÃO ÚNICA Regime de Urgência

APRECIADO o Projeto de Lei nº 4029/2018, de autoria da deputada Márcia Jeovani, que "Institui nova divisa da Vila do Pião entre os municípios de **São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis e Sumidouro**". **O PL recebeu 5 (cinco) emendas** e retorna às Comissões.

RETIRADO de pauta o Projeto de Lei nº 3.577/2017, de autoria dos deputados Carlos Osório e Edson Albertassi, que "Institui o regime especial de controle, fiscalização, e pagamento, a que estará sujeito o contribuinte do ICMS considerado devedor contumaz no âmbito do estado do Rio de Janeiro", **a pedido do autor.**

2ª DISCUSSÃO:

APROVADO o Projeto de Lei nº 2469-A/2017, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Estabelece prazo para desbloqueio de linhas telefônicas e dá outras providências". **Vai a autógrafo.**

Sessão Plenária do
Dia: 05/06/2018

DISCUSSÃO ÚNICA Regime de Urgência

RETIRADO DE PAUTA o Projeto de Lei nº 4129/2018, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o poder executivo a realizar compensação de dívidas reconhecidas com as concessionárias de serviços públicos, e fornecedoras de combustíveis com créditos tributários, na forma que especifica", a pedido do líder do governo, deputado Gustavo Tutuca.

Sessão Plenária do
Dia: 06/06/2018

2ª DISCUSSÃO:

APRECIADO o Projeto de Lei nº 2.692/2017, de autoria do deputado Gustavo Tutuca, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos que comercializam produtos alimentícios assegurarem ao consumidor que constatar a existência de produto exposto à venda com prazo de validade vencido, o direito de receber, gratuitamente, outro produto idêntico ou similar, à sua escolha". O PL **recebeu uma emenda e retorna às Comissões Técnicas**.

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO, com emendas¹, o Projeto de Lei nº 1879/2016, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que "Dispõe sobre monitoramento de casos de violência sexual, ataques e estupros ocorridos nas escolas de nível médio, de ensino tecnológico e nas universidades públicas e privadas no âmbito do estado do Rio de Janeiro". Vai à **redação do vencido para segunda discussão**.

APROVADO o Projeto de Lei nº 3023/2017, de autoria da deputada Zeidan, que "Classifica Paraty como município de interesse turístico". O PL **retorna em 2ª discussão**.

APROVADO o Projeto de Lei nº 3041/2017, de autoria da deputada Zeidan, que "Classifica Itatiaia como município de interesse turístico". O PL **retorna em 2ª discussão**.

APROVADO o Projeto de Lei nº 3330/2017, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Classifica Paracambi como município de interesse turístico". O PL **retorna em 2ª discussão**.

APROVADO o Projeto de Lei nº 3331/2017, de autoria do deputado André Ceciliano, que "Classifica Mendes como município de interesse turístico". O PL **retorna em 2ª discussão**.

APROVADO, com emenda, o Projeto de Lei nº 696/2015, de autoria dos deputados Samuel Malafaia e Átila Nunes, que "Dispõe sobre comercialização de produtos ópticos e licenciamento do comércio varejista e de prestação de serviços de produtos ópticos e afins no estado do Rio de Janeiro". O PL **retorna em 2ª discussão**. → Redação do vencido publicada no DO-II de 8/6/18.

**Sessão Plenária do
Dia: 07/06/2018**

2ª DISCUSSÃO

APROVADO o Projeto de Lei nº 301/2015, de autoria do deputado Carlos Minc, que "Destina ao menos 1% (hum por cento) do valor dos Termos de Ajustamento De Conduta TAC a serem aplicados na área de saúde ambiental". **Vai a autógrafa**.

APRECIADO o Projeto de Lei nº 2605-A/2017, de autoria do deputado Átila Nunes, que "Altera a Lei 6.146 de 4 de janeiro de 2012, para determinar às empresas que utilizam o comércio eletrônico a inclusão, em seus respectivos sites, de links e informações do interesse do consumidor, na forma que menciona". O PL **recebeu duas emendas e retorna às Comissões**.

¹ Aprovado o parecer da Comissão de Orçamento favorável à subemenda da Comissão de Educação e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

APROVADO o **Projeto de Lei nº 2365-A/2013**, de autoria do deputado Paulo Ramos, que “Dispõe sobre a responsabilização das empresas por defeitos e vícios da execução de obras e dá outras providências”. **Vai a autógrafo.**

1ª DISCUSSÃO:

APROVADO o **Projeto de Lei nº 1902/2012**, de autoria do deputado Luiz Paulo, que “Dispõe sobre o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social – CEDES – e dá outras providências”. O **PL retorna em 2ª discussão.**

DELIBERAÇÕES:

- **A requerimento do deputado Osório**
Incluso na pauta da ordem do dia do **PL 3577/2017**- institui o regime especial de controle, fiscalização, e pagamento, a que estará sujeito o contribuinte do ICMS considerado devedor contumaz no âmbito do estado do Rio de Janeiro.
- **A requerimento do deputado Benedito Alves**
Inclusão na pauta da ordem do dia do **PL 566/2015** – obriga as escolas públicas e particulares de ensino do estado do Rio de Janeiro a realizar no ensino médio, atividades destinadas a orientação profissional, nos períodos que menciona.
- **A requerimento do deputado Luiz Paulo**
Inclusão na pauta da ordem do dia do **PL 3458/2017** - institui a política estadual de promoção da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização Das Nações Unidas (ONU) como diretriz de políticas públicas no âmbito do estado do Rio de Janeiro, Cria Conselho Estadual de Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências.
- **A requerimento do deputado Comte Bittencourt**
Inclusão na pauta da ordem do dia do **PL 4027/2018** - dispõe sobre a obrigatoriedade de registro de profissional de educação física como responsável técnico nos condomínios edifícios com espaços de academias.
- **A requerimento da deputada Enfermeira Rejane**
Inclusão na pauta da ordem do dia do **PL 2735/2014** - Institui o programa de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e dá outras providências. (O programa tem por objetivo criar condições para incluir pessoas com deficiência visual, auditiva, amputada, parálitica e portadores de síndrome de down e demais deficiências no mercado de trabalho formal. O programa deverá oferecer cursos de qualificação profissional de curta duração, através de convênios firmados com o sistema **SESI/SENAI/SESC**).

→ A requerimento da deputada Enfermeira Rejane

Inclusão na pauta da ordem do dia do **PL 2941/2017** - dispõe sobre políticas sociais dos trabalhadores urbanos e rurais no estado do Rio de Janeiro. (Todas as empresas privadas deverão fornecer a seus trabalhadores diretos ou indiretos, leite, café, pão e manteiga, àqueles que comparecerem com a antecedência de 15 minutos no turno matinal de trabalho).

⇒ ATOS DO EXECUTIVO E LEGISLATIVO:**ATOS DO PODER LEGISLATIVO****AGORA É LEI****LEI Nº 7.982 DE 06 DE JUNHO DE 2018**

Oriunda do Projeto de Lei 4.142/2018

Autor: Poder Executivo

Dá nova redação a alínea "A", do inciso XIII, do art. 14, da lei nº 2.657/1996, e dá outras providências. (sancionado com vetos parciais: artigo 3º e 5º).

ATOS DO PODER EXECUTIVO**DECRETO Nº 46.323 DE 28 DE MAIO DE 2018**

Dá nova redação ao art. 82, do Livro IX do RICMS/00

(ICMS incidente sobre a prestação de serviço de transporte intermunicipal e interestadual) (DO-I DE 29/65/18).

DECRETO Nº 46.324 DE 28 DE MAIO DE 2018

Acrescenta o Inciso IV ao Caput do artigo 1º, do Livro X, do Decreto estadual nº 22.424, de 17 de novembro de 2000. (DO-I DE 30/5/18)

Art. 1.º O ICMS devido na prestação de serviço de televisão por assinatura é calculado pela aplicação da alíquota vigente sobre uma base de cálculo reduzida de forma que a carga tributária efetiva resulte no percentual de:

(...)

IV - 12% (doze por cento), a partir de 1.º de junho de 2018.

DECRETO Nº 46.327 DE 29 DE MAIO DE 2018

Autoriza a Secretaria de Estado de Transportes a licitar a concessão da exploração dos serviços públicos de transporte aquaviário coletivo de passageiros, cargas e veículo no estado do Rio de Janeiro.

(DO-I de 30/5/18)

DECRETO Nº 46.330 DE 06 DE JUNHO DE 2018

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação o imóvel que menciona, situado no município de Itaguaí/RJ, necessário para a conclusão das obras de construção do Lote 04 da Rodovia "Arco Metropolitano", BR-101/RJ.

(DO-I de 07/6/18)

DECRETO Nº 46.333 DE 07 DE JUNHO DE 2018

Faculta os estabelecimentos localizados neste estado o pagamento do ICMS devido, referente ao mês de maio de 2018, na forma que menciona.

(DO-I de 08/6/18)

ATO DO INTERVENTOR

Decreto nº 08 de 25 de maio de 2018

Dispõe sobre a estrutura do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro (SISPERJ), revoga o Decreto nº 46.158/2017, e dá outras providências.

(DO-I de 30/5/18)

Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento

Resolução SEFAZ nº 258 de 29 de maio de 2018

Altera a Resolução SEFAZ nº 222, de 16 de fevereiro de 2018, que define tipos de processuais que passarão a ser autuados e tramitados pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ). (DO-I de 30/5/18)

Resolução SEFAZ nº 259 de 29 de maio de 2018

Dá nova redação ao § 2º do artigo 7º da Resolução SEFAZ nº 231/2018.

(DO-I de 30/5/18)

Resolução SEFAZ nº 260 de 30 de maio de 2018

Dispõe sobre a restituição do indébito tributário

(DO-I de 04/06/18)

Resolução SEFAZ nº 261 de 30 de maio de 2018

Altera a Resolução SEFAZ 591/13, que concede isenção do ICMS nas saídas de veículos destinados a pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental ou autista.

(DO-I de 04/06/18)

Junta de Revisão Fiscal

PORTARIA JRF Nº 99 DE 06 DE JUNHO DE 2018

Disciplina o pedido de prorrogação de prazo a que se refere o §3.º do art. 36 do regimento interno da Junta de Revisão Fiscal, aprovado pela Resolução SER n.º 023, de 16 de maio de 2003, com redação conferida pela Resolução SEFAZ n.º 771, de 25 de julho de 2014.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CPI dos Transportes

Dia: 13/06/2018

Hora: 09h30min.

Local: Sala 311 do Palácio Tiradentes

Oitiva do convocado:

- Regis Fichtner – ex-secretário de estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.